

A (IN)VISIBILIDADE DE NEGROS(AS) NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPB

Alba Lígia de Almeida Silva*
Mirian de Albuquerque Aquino**

RESUMO

Analisa a produção de conhecimento de pesquisadores (as) na memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba, detendo o olhar sobre programas de pós-graduação localizados no campus I visando as teses, as dissertações, as monografias, os relatórios, os artigos, os ensaios e demais documentos produzidos por pesquisadores (as) dessa Instituição. Há uma suspeita de que os trabalhos já publicados priorizam mais os temas voltados para construtos universais, não se identificando uma produção significativa relacionada a temas de interesses da população negra. Essa discriminação contribui para aumentar a invisibilidade de afrodescendentes na sociedade contemporânea. O modo como se produz conhecimento nas universidades públicas e para quem se produz também é uma tarefa essencial que precisa ser assumida por pesquisadores (as) da Ciência da Informação e da Educação. Essa responsabilidade ét(n)ico-social visa não apenas comunicar e disseminar essa produção de conhecimento, mas se voltar também para temas que resultem uma produção de conhecimento que permita a intervenção para mudar a situação histórico-estrutural em que vivem afrodescendentes no Brasil. Conclui-se que a memória da ciência dessa Instituição necessita ser adequadamente disseminada na comunidade acadêmica e no público em geral, a fim de possam conhecer o que os (as) pesquisadores (as) fazem dentro e fora dos laboratórios. Uma análise preliminar mostra que excluir alguns temas de sua memória da ciência, impor o silêncio, interditar a voz do outro, e impedir o outro de dizer de si mesmo, contribui para a (in)visibilidade de afrodescendentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Memória da Ciência. Africanos. Afrodescendente. Produção de Conhecimento. Educação. (In) visibilidade

* Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.
aligiasilva@gmail.com

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.
miriabu@gmail.com

I INTRODUÇÃO

A responsabilidade social, atribuição de toda organização que integra os diversos campos do espaço social, cumpre-se de modo satisfatório quando a produção desta organização, articulada ao contexto em que está inserida, empenha-se e realiza o avanço e a geração constantes de conhecimento científico, promovendo a sua respectiva disseminação e

contribuindo para o aprimoramento da sociedade (DESAULNIERS, 2006, p.15).

A citação remete-nos ao texto intitulado “Capital intelectual e demandas sociais emergentes” que se sustenta nos princípios bourdieunianos afirmando que a construção da pesquisa envolve possíveis riscos de se praticar uma ciência pura, sem considerar qualquer necessidade social ou apegar-se à ciência submissa. Daí ser de fundamental importância, segundo a autora, averiguar como a universidade

vem fortalecendo as competências indispensáveis à formação do *habitus* científico junto aos agentes sociais, capacitados para produzir o capital intelectual, o qual os distingue dos demais campos sociais (DESAULNIERS, 2006).

Essa autora considera imprescindível nesse novo cenário da fragmentação das grandes teorias e interpretações a transformação e o planejamento da produção de conhecimento para que a universidade possa enfrentar as exigências e as necessidades impostas a todos os campos sociais. Entretanto, essa mutação só poderá acontecer plenamente se essa instituição levar em conta todos os tipos de produção e, principalmente, aqueles que se referem à temática etnicorracial, já que estamos inseridos em uma sociedade multicultural.

A construção de novas práticas de pesquisa, segundo a autora, depende de um planejamento estratégico voltado ao desenvolvimento de processos de formação de novas competências, novas inteligências, saberes, metodologias e teorias emergentes. O novo espírito científico, como pensou Gaston Bachelard, deve se movimentar cada vez mais em torno dos grupos socialmente vulneráveis e anulados na produção da ciência. Enseja-se não mais uma produção de conhecimento que desconsidera o preconceito, a discriminação e o racismo na ciência, e se estabelece como “regimes de verdade” (FOUCAULT, 1979) desconhecendo a cultura, a tecnologia e o conhecimento historicamente produzidos por vários grupos sociais.

Partimos da pressuposição de que a ciência é uma prática social que resulta da interação dos sujeitos com os fenômenos físicos ou sociais para produzirem o conhecimento como um elemento de fundamental importância para solucionar problemas [...] afetam uma comunidade ou sociedade (AQUINO, 2009). A partir desse ponto de vista, entendemos que a Ciência da Informação (CI) como uma ciência social que tem como objeto a informação também não poderia ficar alheia aos interesses dos grupos sociais e, sobretudo, da população afrodescendente. Essa ciência, no que se refere às pesquisas e estudos, tem como finalidades produzir, organizar e disseminar a informação para acesso e uso dos indivíduos de todas as áreas de conhecimento.

As condições de produção de conhecimento nas universidades e programas

de pós-graduação parecem ser constitutivas do próprio dizer/fazer dos pesquisadores (as) e de suas visões de mundo: quem fala? para quem fala? o que fala? como se fala? em que situação se fala? de que lugar da sociedade? Estas questões constituem elementos fundamentais para compreendermos o processo de interlocução que se estabelece no discurso da ciência e a sua relação com os grupos sociais (negros, indígenas, homossexuais, mulheres, deficientes, idosos etc).

Este artigo propõe analisar a produção de conhecimento sobre negros em programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a fim de saber como esse segmento é representado nessa produção. Entendemos que a produção de conhecimento armazenada em repositórios impressos e digitais de programas de pós-graduação da UFPB, permitirá refletir sobre a atual situação da produção de conhecimento nas universidades públicas, tornando visível a relatividade dos lugares que o(a) negro(a) ocupa nessa produção, e revelando a função das relações de forças nelas circulam.

2 O QUE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PRODUZEM SOBRE NEGROS (AS)?

O interesse pelo tema surgiu a partir do contato com as leituras e as discussões acerca da problemática do(a) negro(a) afrodescendente na sociedade brasileira, realizadas pelos encontros semanais no Grupo de Pesquisa intitulado “Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes e Formando Cientistas (GEINCOS)” como também na participação de eventos relacionados ao tema, como o Seminário “A responsabilidade ético-social das universidades públicas e a educação da população negra”¹, no qual tivemos a oportunidade de manter diálogos com integrantes desse grupo e especialistas do assunto nutrindo o nosso desejo de realizar um estudo sobre a produção de conhecimento acerca do(a) negro(a) afrodescendente nas universidades públicas, tendo como foco principal a (cons) ciência e a responsabilidade social e ética das Instituições de Ensino Superior (IES).

¹Evento promovido pelo “Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas” (GEINCOS) em julho de 2008.

Ressaltamos ainda a participação como colaboradora no projeto de pesquisa intitulado a “Memória da Ciência: (in) visibilidade do(a) negro(a) afrodescendente na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba”², tendo a oportunidade de defrontar com relatos de situações de preconceito, discriminação e racismo, cotidianamente naturalizados em quase todos os setores da sociedade brasileira.

Diante desse contexto, a análise desse estudo centrou-se em 07 programas de pós-graduação, onde identificamos 745 trabalhos (anais, artigos e dissertações e teses) produzidos nesses programas. Iniciaremos a análise pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) por situar-se numa área de conhecimento que se preocupa com o processamento, a organização e a disseminação da informação para todas as áreas de conhecimento.

2.1 Programa de pós-graduação em ciência da informação (PPGCI)

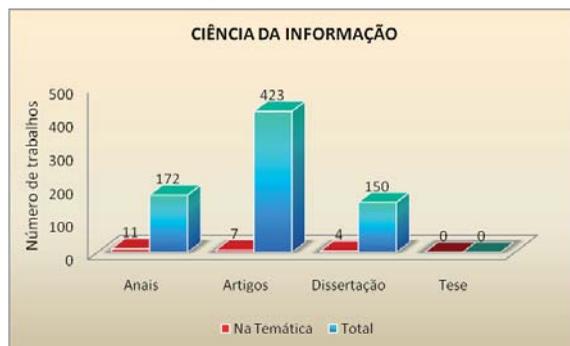
O PPGCI tem uma história que remonta ao Curso de Mestrado em Biblioteconomia³ (CMB) (1977-1996), oficializado em 1977, através da Resolução nº. 203/77, do Conselho Universitário, e tendo como área de concentração Sistemas de Bibliotecas Públicas (1977-1987) e linhas de pesquisas “Hábito de Leitura e Planejamento” e “Gerência de Bibliotecas Públicas”, cujo funcionamento se deu a partir de agosto de 1978, com a oferta de 20 (vinte) vagas e o ingresso de candidatos de vários estados do País. Posteriormente, passou a ser denominado Curso de Mestrado em Ciência da Informação - CMCI (1997-2001), tendo como área de concentração Informação e Sociedade, e linhas de pesquisa Informação e Cidadania e Informação para o Desenvolvimento Regional⁴.

O PPGCI iniciou suas atividades em março de 2007, com uma turma de vinte e um discentes, o que resultou em vinte e uma dissertações de Mestrado, defendidas nas linhas de pesquisa Memória, Organização, Acesso e Uso da informação e Ética, Gestão e Políticas de

informação. Em 2008⁵ o programa contava com vinte e dois discentes, os quais foram avaliados por meio do Processo Seletivo. Neste mesmo ano foram registradas as defesas de duas dissertações, ficando as outras vinte para o ano seguinte.

Ao analisarmos o Gráfico 1 constatamos 745 (setecentos e quarenta e cinco) trabalhos no universo estudado, os quais estão distribuídos em fontes de informação, tais como: anais, artigos e dissertações e teses. Desse total, apenas 22 trabalhos publicados abordam a temática etnicorracial, sobretudo, da população afrodescendente. Os trabalhos publicados em anais somam-se 172 (cento e setenta e dois), dos quais apenas 11 (onze) abordam a temática em questão. Dos 423 (quatrocentos e vinte e três) artigos publicados em periódicos, 07 (sete) referem-se à temática aludida. Das 150 (cento e cinquenta) dissertações encontradas, apenas 04 (quatro) discutem as questões etnicorraciais. Em relação às teses, o quantitativo é nulo porque o PPGCI não oferece esse nível de ensino.

Gráfico 1- Produção de conhecimento do PPGCI



Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

A análise da produção de conhecimento do PPGCI mostrou que apenas um dos(as) pesquisadores(as) tem uma produção contínua sobre a temática etnicorracial⁶ estando vinculado à Linha de Pesquisa “Memória, organização, acesso e uso da informação” e no Grupo de Pesquisa “Informação, memória e conhecimento”. Essa insuficiência de produção de conhecimento ligado à temática etnicorracial

2 Coordenado pela Profª Drª Mirian de A. Aquino do PPGCI-UFPB.

3 O curso de Graduação em Biblioteconomia começou a funcionar desde 1970.

4 Este curso foi descredenciado pela CAPES em 2007.

5 Os dados divulgados neste estudo foram coletados entre os anos 2008 e 2009 para construção da dissertação de mestrado no PPGCI-UFPB.

6 Essa produção de conhecimento está vinculada à Linha de Pesquisa “Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação” e ao Grupo de Pesquisa “Informação, Memória e Conhecimento”

destoa da natureza da área, posto que toma como objeto a informação, a interdisciplinaridade e a organização da informação para acesso e uso de todos os cidadãos, necessitando, pois, estar mais voltada para uma produção de conhecimento que levasse em conta todos os grupos sociais. A constatação de que a produção de conhecimento nessa área é reduzida põe em cheque a questão da interdisciplinaridade, pois sendo esta uma importante característica da área poderia funcionar como uma “estratégia de abordagem de objetos complexos, uma configuração de pluralidades de métodos [e teorias] erigida pelo pesquisador, cuja ação revela possibilidades interpretativas que se propõem como respostas para a questão que deflagra o processo investigativo” (TÁLAMO; SMIT, 2007, p.41), servindo também para a produção de conhecimento sobre a temática etnicorracial.

No PPGCI, a produção de conhecimento sobre a temática etnicorracial apresenta uma dissonância entre o que propõe a ementa da linha Memória, Organização, Acesso e Uso da informação⁷ e o que os (as) pesquisadores (as) dessa área produzem, pois que muitos ainda privilegiam apenas os temas universais. Abaixo destacamos na íntegra, a linha 1 do referido programa:

Ementa da linha 1 - memória, organização, acesso e uso da informação - Envolve questões teóricas, conceituais, reflexivas e metodológicas voltadas à produção, apropriação, democratização, representação, usos e impactos da informação, e à proteção das memórias, do patrimônio cultural e identitário, associadas ou não às tecnologias de suporte (PROGRAMA, 2011).

Em nosso entender, trazer aspectos da temática etnicorracial para relacionar com a informação na CI poderia muito contribuir para a preservação da memória afrodescendente.

Na memória do PPGCI, encontramos apenas uma dissertação de Mestrado sobre a temática etnicorracial, defendida em 1999. Essa realidade se distancia um pouco da missão do CMCI cujos objetivos apontavam para avanços na conexão Biblioteca/Sociedade visando

compreender os condicionantes sociopolíticos e culturais que interferem na criação, no desenvolvimento e nas condições concretas de seu funcionamento. Com isso possibilitava ao futuro profissional da informação situar a sua prática no contexto social, observando ainda as demandas de informação para todos os grupos.

A descontinuidade dessa produção de conhecimento está relacionada com o descredenciamento do CMCI em 2000. A partir da intervenção da CAPES, o curso perdeu as características do CMB consideradas significativas para a sociedade e ampliadas na Linha de Pesquisa Informação e Cidadania, deixando de voltar-se para o atendimento cultural por meio do suporte à educação e do fortalecimento dos programas de educação formal e informal. Com isso, inibiu a sua missão de fazer da biblioteca um lugar de transmissão de valores e formação de atitudes em alunos e crianças, de exercício de sua função de integração comunitária, como aglutinadora de instituições educacionais e culturais, com vistas a incentivar o desenvolvimento de programas educacionais, culturais e artísticos e a sua função organizacional, que atendia à constituição de sistemas e redes e englobando bibliotecas estaduais e municipais (PROGRAMA, 2008).

O PPGCI inicia sua produção de conhecimento sobre a temática etnicorracial em 2000, ocasião em que o Ministério da Justiça Federal/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos convidou uma pesquisadora desse Programa para participar de um dos “Seminários Regionais Preparatórios para Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”⁸, realizado na cidade de Salvador, em 2001, onde a mesma apresentou a palestra “Tecnologias da Informação e Racismo: combatendo monstros com arma suave” numa Mesa Redonda, enfocando, dentre outros aspectos, a conscientização da existência do racismo, o papel dos(as) intelectuais negros(as) e as estratégias e ações para ajudar a reduzir os estigmas racistas,

7 Tal linha incorpora: "preservação da memória, representação de informação e de conhecimento, web semântica, usos e impactos da informação" Disponível em: < <http://dci.ccsa.ufpb.br/ppgci/?secao=19>>. Acesso em 15 de abr. 2011 >.

8 Essa Conferência Mundial resultou em esforços e iniciativas de países para delimitarem as tendências, as prioridades e os obstáculos que estão enfrentando em nível nacional e que formulassem recomendações concretas para políticas na luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata. Assim, foram realizadas três pré-conferências nas cidades de São Paulo, Salvador e Belém, demarcando o posicionamento brasileiro a ser apresentado na Conferência Mundial, realizada em Durban, na África do Sul, em 2000.

tendo como meio as tecnologias da informação e comunicação (AQUINO, 2001). A partir de então, outros trabalhos (artigos, monografias, dissertações) sobre a temática etnicorracial começam a surgir nesse Programa, estendendo-se até os dias atuais. Decorrido um período de dois anos, novos trabalhos vem sendo produzidos, havendo mais interesse por questões referentes à população negra.

Apesar de Pinheiro (2005, p. 134) ter afirmado que “a Ciência da informação já apresenta um corpo de conhecimentos que permite o seu reconhecimento científico, com as peculiaridades de sua natureza, objeto e fenômenos”, Nascimento (2008) polemiza essa idéia argumentando que é possível observar, em algumas das abordagens teóricas⁹ da CI, uma tendência: ser “distintamente individualista [vez que procura] focar bem mais o usuário ou o sistema, desviando-se dos aspectos coletivos ou do contexto social no processamento da informação”, com vistas a incluir os diversos seguimentos da composição social do território nacional.

Teoricamente, podemos considerar que a insuficiência da produção de conhecimento sobre a temática etnicorracial no PPGCI, responde de certa forma, ao que acontece na área, pelo menos em termos da produção de conhecimento nacional. Essa afirmação é respaldada por Frohmann (1995) ao afirmar que raros são os estudos dedicados aos temas relacionados à raça, à classe, ao sexo e ao gênero, trazendo o argumento de que essas temáticas reclamam a responsabilidade social dos pesquisadores e a consciência dos valores éticos na produção de conhecimento de CI. Para ele, no contexto da informação, os pesquisadores poderiam atuar, de forma mais propositiva, gerando e disseminando informações com vistas a provocar uma transformação na composição de seu corpo de pesquisadores no que se refere a desenvolver ações estratégicas de informação e promoção de estudos e pesquisas sobre exclusão social, discriminação e desigualdade

eticorracial. Nessa direção, Fausto Neto (2002, p. 161) colabora: “o estatuto imposto à questão informacional hoje não se configura apenas de processos de conhecimentos e de irradiação de registro de dados, mas igualmente de modos e das estratégias mediante os quais os dados são armazenados e postos à disposição da sociedade”.

Brookes (1980) entende que a informação acontece nos sujeitos humanos como um movimento que se desloca de um estado de conhecimento para outro estado de conhecimento González de Gómez (2002, p. 32) coaduna com a tendência de conceber a informação como uma “dimensão das práticas e interações dos indivíduos, situados no mundo com outros indivíduos”. Tal ponto de vista provoca uma abertura tênue para pensarmos a produção de conhecimento na CI através de práticas e interações com diferentes grupos sociais. Essa interface que agrega fenômenos e sujeitos com diferentes dimensões aponta para a importante contribuição da autora por esta acercar-se da informação social que possibilita entendê-la uma forma de se considerar os grupos socialmente vulneráveis na produção de conhecimento. Porém, a autora não especifica nenhum desses grupos como passíveis de um olhar investigativo nas pesquisas em CI.

Em todas as áreas do saber, a produção de conhecimento é desafiada pelas mutações socioculturais de um “novo modo de desenvolvimento” [ou] “paradigma informacional” (CASTELLS, 1999) implicando uma concepção de ciência que considere as dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas como uma pré-condição para uma melhor compreensão dos fenômenos sociais e da emergência de novos sujeitos na produção de conhecimento. Excluir esses sujeitos significa legitimar uma ciência com consciência da “naturalização da desigualdade social e, conseqüentemente, [da] produção de subcidadãos” (SOUZA, 2006, p. 24), na educação, na habitação, na saúde e na informação.

A necessidade de se desenvolver mais pesquisas sobre a temática etnicorracial na CI adquire relevância para a produção social do conhecimento e aumenta a responsabilidade social desse campo científico no tocante à produção, organização e disseminação da informação para todos os grupos sociais ou

⁹ São conhecidas quatro principais abordagens que norteiam os estudos e as pesquisas na área de Ciência da Informação: 1) “Abordagem do objeto”, que analisa a natureza das informações dos próprios objetos; “Abordagem cognitiva”, que visa ao modo como as pessoas pensam e os padrões de pensamento (BROKES; BELKIN, NEVELLING, 1999); “Abordagem comportamental”, que permite observar como as pessoas interagem com fontes potenciais e “Abordagem da comunicação”, que embasa estudos que se preocupam com o uso e a busca da informação, examinando como as pessoas elaboram e respondem questões.

diferentes públicos. Essa responsabilidade da CI parece ser também uma preocupação de Wersig e Nevelling (1993), quando esses autores afirmam que essa área surgiu por causa das necessidades sociais de transmissão do conhecimento para aqueles que necessitam, constituindo uma responsabilidade social da qual a CI não pode passar ao largo dessa questão. O pensamento de Hans Jonas relaciona informação e ética numa,

nova dimensão, nunca antes sonhada, de responsabilidade [em que] o saber torna-se um dever prioritário, mas, além de tudo, o que anteriormente lhe era exigido, e o saber deve ter a mesma magnitude da dimensão casual do nosso agir (JONAS, 2006, p. 39-41).

Sabidamente, o autor nos ajuda a compreender que essa ética “[...] tem de existir porque os homens agem, e a ética existe para ordenar suas ações e regular seu poder de agir” (JONAS, 2006, p. 69) em qualquer setor da esfera humana. Em termos da CI, é necessário não apenas definir o que é informação, mas, sobretudo, saber para quem se destina e essa questão implica considerar a condição contextual da informação, a sua dimensão histórica, política, econômica, social e cultural.

Especificamente, a responsabilidade ét(n)ico-social do PPGCI na produção de conhecimento é interdisciplinar e produz uma abertura para apreensão de novas abordagens nas pesquisas. Nesse sentido Marteleto (2002, p.102) reforça “a relevância interdisciplinar das teorias sociais na compreensão das questões práticas e teóricas da informação”. A autora sublinha que “informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais” (MARTELETO, 2002, p.102). A nosso ver, a ausência de responsabilidade ét(n)ico-social constrange e humilha a população negra não ocorrendo apenas na ciência, mas também nos meios de comunicação, onde a presença do negro não se dá de forma ética e adequada. Na televisão brasileira, por exemplo, começamos a ver, minimamente, o negro assumindo o lugar de protagonistas nas novelas globais, mas essa inclusão ainda é insuficiente.

A contribuição de Aquino (2004) para o desenvolvimento de pesquisas e estudos

eticorraciais no campo da CI está disponível em relatórios, artigos, dissertações, teses e comunicações orais. Essa produção de conhecimento está presente também nos projetos e relatórios de bolsista PIBIC/CNPQ/UFPB, os quais abordam questões relacionadas à produção de conhecimento, diversidade cultural e autonomia, estabelecendo conexões com a CI. Além de atividades de orientação de trabalhos de conclusão de curso (TCC) de graduação e dissertações de mestrado em que se discute a responsabilidade dos profissionais da informação com foco na inclusão de afrodescendentes; a informação etnicorracial na música e a disseminação da informação etnicorracial no Movimento Negro. É importante salientar que alguns trabalhos foram produzidos após o ano de 2009.

Entendemos que a educação é um território onde emergem múltiplas discussões sobre a insuficiência de inclusão de grupos sociais etnicamente vulneráveis, sendo também conhecida também como o espaço onde “se manifestam os indícios da exclusão/inclusão”, passaremos a analisar a produção de conhecimento do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB.

2.2 Programa de pós-graduação em educação (PPGE)

Em julho de 1977 a Pós-graduação em Educação iniciou as suas atividades com o Curso de Mestrado em Educação Permanente, tendo a Educação de Adultos como área de concentração. Vinculada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB (CCSA/UFPB) e respaldada na Resolução do CONSEPE nº 77, de 02/05/77, essa pós-graduação recebeu incentivo de agências internacionais de fomento, dentre as quais, destacamos a UNESCO, momento em que “o curso situava-se no quadro das várias interpretações e ambiguidades que circulavam o conceito de Educação Permanente” (PPGE, 2009). Mesmo assim, tentava responder às preocupações das políticas governamentais direcionadas à Educação de Adultos, como uma das prioridades de “político-educativas do governo”, nos anos de 1970. Essa modalidade de educação era vista como uma das “alternativas” e “propostas de solução” para integrar o indivíduo ao projeto de modernidade social em implantação no país.

Atualmente, o PPGE oferece cursos de Mestrado e Doutorado, apresentando em seu corpo docente, até o momento da pesquisa, 44 (quarenta e quatro) pesquisadores (as), sendo **24 (vinte e quatro) homens e 22 (vinte duas) mulheres**, distribuídos (as) em cinco linhas de pesquisa, a saber: **Educação Popular, História da Educação, Políticas Educacionais e Processos de Ensino-aprendizagem e Culturais da Educação.**

Ao analisarmos o Gráfico 2, constatamos um total de 1.109 (um mil cento e nove) trabalhos distribuídos em anais, artigos e dissertações e teses. Desses trabalhos, 26 (vinte e seis) abordam a temática etnicorracial. Em relação às fontes de informação, podemos destacar que os trabalhos publicados em anais somam 430 (quatrocentos e trinta) produções. Desse total, foram localizados 14 (quatorze) na temática abordada. Em relação aos artigos publicados em periódicos, encontramos 215 (duzentos e quinze), e apenas quatro se referem ao estudo do negro.

Identificamos 464 (quatrocentas e sessenta e quatro) dissertações de Mestrado, dentre as quais, apenas 4 (quatro) abordam essa temática, registrando apenas 1(uma) tese de doutorado do universo de 27 (vinte e sete) abordam a temática.

Gráfico 2 - Produção de conhecimento PPGE



Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

O que podemos considerar é que, mesmo tendo um corpo docente composto por 44 (quarenta e quatro) pesquisadores, a produção de conhecimento acerca do (a) negro (a) ainda é pouco representativa na memória da ciência do PPGE. Essa constatação leva-nos a interrogar: por que um programa de pós-graduação que mantém uma tradição em pesquisa no campo da educação popular e, mais recentemente, desenvolve estudos e pesquisas nas linhas

de “Estudos Culturais em Educação” e de Movimentos Sociais, com destaque para temas relacionados a raça/etnia, gênero, deficiência, sexualidade etc, de Educação Popular com ênfase em uma educação popular “como um posicionamento político e filosófico diante do mundo e do outro humano, que arrasta consigo a dimensão propositiva, voltada aos interesses das maiorias” (MELO NETO, 2007, p. 12) e Políticas Educacionais pouco produz conhecimento sobre a temática etnicorracial?

A nosso ver, a insuficiência de produção de conhecimento parece estar em desacordo com o que se propõe para a educação superior do presente e do futuro: assegurar a elaboração de uma pedagogia antirracista e antidiscriminatória voltada para a construção de estratégias educacionais orientada pelo princípio de igualdade básica do ser humano como sujeito de direitos (DELORS, 1991). Uma educação capaz de elaborar projetos pedagógicos, cursos e planos de ensino, articulados também à temática etnicorracial, bem como em conexão com a graduação, capacitando os profissionais da área de educação para construir novas relações etnicorraciais, em seu fazer pedagógico, reconhecer e alterar atitudes racistas em qualquer veículo didático-pedagógico e lidar positivamente com a diversidade cultural. Trata-se de construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico e posicionar-se formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação (MONTEIRO, 2006, p.124).

Essa responsabilidade histórica não é exclusivamente do Estado brasileiro para reconhecer o escravismo como responsável pela invisibilidade das práticas preconceituosas, discriminatórias e racistas que afetam a população negra hoje, mas a todos os setores da sociedade brasileira, operacionalizando ações que visem a promoção da igualdade etnicorracial na produção de conhecimento, a aplicação da lei 10.693/2003 que interdite a discriminação baseada em raça, cor, descendência em todos os setores das universidades públicas.

Cavalleiro ajuda-nos a entender que “um olhar atento para a escola[universidade] capta situações que configuram de modo expressivo atitudes racistas” (CAVALLEIRO, 2006, p. 21). E mais: a omissão da universidade e de seus pesquisadores sobre

as dinâmicas das relações etnicorraciais tem permitido que seja transmitida estudanes uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte de profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro (CAVALLEIRO, 2006, p. 21).

Talvez, coubesse aos pesquisadores da área de educação deter um olhar mais apurado sobre as políticas para a educação de jovens e adultos no contexto brasileiro e empreender uma discussão que culminem numa produção de conhecimento em torno das especificidades dos grupos sociais que frequentam, quando conseguem, os espaços da educação, tais como negros, indígenas, idosos, jovens, dentre outros em parceria com diversas organizações e movimentos sociais.

Evidentemente, as universidades públicas, como sugere Monteiro(2006), que desenvolvem cursos de formação inicial e continuada de professores teriam uma tarefa a desempenhar por meio de cursos de pós-graduação em educação: para além dos discursos, engendrar pesquisas acadêmicas que abordem a temática etnicorracial.

É preciso refletir acerca do espaço de formação destes (as) professores(as), ou seja, avaliar se as IES vem se organizando para a inclusão das temáticas relativas às relações étnico-raciais, assim como o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação Básica (MONTEIRO, 2006, p. 127).

Embora alguns cursos de graduação no Brasil apresente “um número crescente de pesquisas sobre negro e educação, relações étnico-raciais e educação, além de outras linhas de pesquisa relativas a esta temática” como afirma Monteiro (2006, p.128), no PPGE/UFPB essa produção de conhecimento ainda é escassa.

Em seguida, analisaremos a produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UFPB.

2.3 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DAS RELIGIÕES (PPGCR)

O PPGCR teve seu projeto de criação acolhido por um grupo de professores

pertencentes ao Religare Grupo de Pesquisas e Estudos em Religiosidade que reúne um grupo de pesquisadores cadastrados no CNPQ desde 1999. No período de 1996 a 2006 o grupo mencionado demarcou seu terreno na produção de conhecimento com publicações e orientação de vários trabalhos acadêmicos. Entretanto, o ano de 2005 é considerado o marco de fundação do PPGCR. O 1º Curso de Especialização em Ciências das Religiões (lato sensu), aprovado pela Resolução nº. 40/2004 do CONSEPE nasceu de uma solicitação de um curso de capacitação para os professores da disciplina Ensino Religioso feita pela Comissão Permanente do Ensino Religioso da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, dando impulso ao projeto de criação do Programa de Pós-graduação stricto sensu.

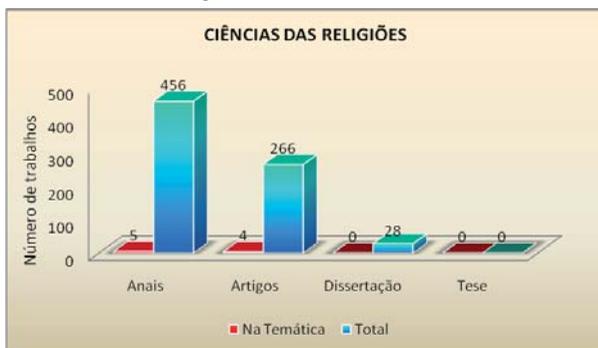
O PPGCR criado nos termos da Resolução nº 03/2006 do CONSEPE e reconhecido pelo Conselho Técnico Científico da CAPES iniciou a sua primeira turma em março de 2007. Assim tendo por objetivos “formar docentes para o ensino fundamental, médio e superior; formar pesquisadores para assessorar órgãos governamentais ou não e; formar consultores”, o PPGCR dedica-se hoje a abordar diferentes práticas e discursos religiosos por meio das teorias do conhecimento e do mito, apreendendo as diferentes dimensões da cultura e analisando éticas religiosas confrontadas com as diferentes éticas que repercutem na vida social contemporânea.

Esse Programa enfoca o fenômeno religioso, que é considerado um dos quatro pilares da cultura humana, adicionado à Filosofia, à Arte e à Ciência. Entende que é nas instituições de ensino que se entra em contato com a Ciência, o que deve ocorrer da mesma forma com a religião, pois esta é o patrimônio cultural de todos os povos e, como tal, matéria de estudo e de pesquisa. Em sua proposta, o conhecimento é visto como algo que abre a mente, distanciando-se do fundamentalismo religioso, que é extremamente nocivo para o indivíduo e para a sociedade. Ele promove a intolerância, a dificuldade de relacionamento entre grupos, destrói a integração e o respeito mútuo, não admite opiniões divergentes e considera sua perspectiva isenta de erros (PPGCR, 2009). A partir dessa compreensão, a UFPB criou o PPGCR com o intuito de contribuir para a construção de uma sociedade harmoniosa,

tolerante e fundamentada na ética e no respeito às minorias (PPGCR, 2009).

Analisando o Gráfico 3, constatamos a existência de um total de 750 (setecentos e cinquenta) trabalhos, dos quais apenas nove abordam a temática etnicorracial. Entretanto, essa produção está mais concentrada em anais, com 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) trabalhos, sendo que apenas 4 (quatro) deles se referem à temática etnicorracial. Dos 266 (duzentos e sessenta e seis) artigos encontrados, 4 (quatro) abordam temas relacionados ao negro. Em relação às dissertações, destacam-se 28 (vinte e oito) trabalhos. Em nenhum deles foram trabalhadas as temáticas etnicorraciais. Destacamos que o PPGCR até o ano de 2009 não ofertava o curso de Doutorado.

Gráfico 3: Produção de conhecimento do PPGCR



Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

É possível que o fato de o PPGCR ter sido credenciado pela CAPES, em 12 de julho de 2006, talvez justifique a reduzida produção sobre a temática etnicorracial. Entretanto, quando observamos que alguns (as) pesquisadores (as) também estão vinculados a outros programas de pós-graduação na UFPB, a produção de conhecimento aumenta. Porém, não nos interessou, no momento, fazer um comparativo entre o que os pesquisadores produzem no PPGCR e nos demais programas de pós-graduação da UFPB.

É importante que continuemos procurando dizer nossas verdades [...]. Aquilo para o que nós do mundo acadêmico podemos contribuir – ainda que apenas lenta e marginalmente é a desarticulação dos discursos das

diferenças [...]. As divisões ramificam-se pelas linhas do sexo, da raça, das qualificações profissionais e assim por diante, formando barreiras que bloqueiam o desenvolvimento que possam ameaçar o *status quo* da produção de conhecimento (APIAAH, 1987, p. 249-250).

Nesse sentido, Oliveira (2006) afirma que os estudos sobre diversidade religiosa, no cotidiano escolar, ainda são raros, o que não é diferente nas pesquisas de programas de pós-graduação contrariando, assim, a sua responsabilidade na produção de conhecimento sistematizado na perspectiva da diversidade cultural, sem contar que muitos (as) pesquisadores (as) preferem temas mais ligados ao discurso eurocêntrico caracterizado historicamente como a única verdade, desconhecendo, como nos ensina Appiah (1997), que “a verdade não é propriedade de nenhuma cultura; devemos apoderar-nos das verdades de que precisamos onde quer que as encontremos [...]”.

Ao entender o PPGCR como um Programa de Pós-graduação que investiga as Ciências das Religiões, concordamos com Souza (2006, p. 131) quando nos leva a entender que mestrandos(as), doutorandos(as) e orientadores(as) não devem desconsiderar nas pesquisas sobre a religiosidade que o estudo dos complexos religiosos de matrizes africanas (ioruba, bantu, jeje e afro-brasileiras)) constituem-se como um veículo importante para o conhecimento das presenças civilizatórias africanas nos horizontes culturais das sociedades globais. É uma questão de responsabilidade ét(n)ica-social dos (as) pesquisadores(as) desse Programa incluir não apenas a temática religiosa, mas também a temática etnicorracial no seu campo de estudo que:

[...] ganha um peso na compreensão da diversidade de sujeitos presentes nas salas de aulas, partindo do pressuposto de que a superação de visões preconceituosas contra as religiões afro-brasileiras contribuiria para a superação dos problemas vividos pelos negros no interior da escola, assim como na sociedade (OLIVEIRA, 2006, p. 207).

Em relação à religiosidade africana, não se pode desprezar o fato de que a educação

religiosa (de autoria católica) negou a existência e a participação das religiões afrobrasileiras por entender que “o catolicismo é a religião oficial no período colonial e imperial brasileiro. A educação dos escravizados e dos africanos foi indesejada e proibida” (OLIVEIRA, 2006, p. 203). No estado da Paraíba, as religiões de matriz africana só foram liberadas no governo de João Agripino, através da Lei nº 3443, de 6 de novembro 1996, que “dispõe sobre o exercício do culto africano”.

A seguir, passaremos a analisar a produção de conhecimento do Programa de Pós-graduação em História, compreendendo com Cunha Júnior (2009) que o aprendizado da história é um exercício por vezes difícil, posto que o real e o imaginário se confrontam. Porém, admite esse autor, que é preciso dotar-se de uma imaginação que transcenda a natureza dos fatos.

2.4 Programa de pós-graduação em história (PPGH)

O PPGH tem como área de concentração: História e Cultura Histórica, que visa propiciar a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos do conhecimento histórico, os processos históricos e os processos de socialização desses saberes. Além de duas linhas de pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos e História Regional. Tem por objetivo a qualificação ampla dos (as) pesquisadores (as) e profissionais para atuarem na produção e na transmissão do conhecimento histórico [...] na docência de todos os níveis, na pesquisa em instituições especializadas e na extensão, em escolas de Ensino Fundamental e Médio, instituições culturais, meios de comunicação, movimentos sociais, ONGS, etc. Este Programa tem como alicerce principal a infra-estrutura física e de recursos humanos do Departamento de História, com a devida preservação da plena autonomia acadêmica e administrativa do PPGH.

O Gráfico 4 apresenta um total de 542 (quinhentos e quarenta e dois) trabalhos distribuídos em anais, artigos, dissertações e teses. Desse total, localizamos 19 (dezenove) produções abordando as temáticas etnicorraciais. Em relação às fontes de informação dos 180 (cento e oitenta) trabalhos publicados em anais apenas um contemplou o estudo sobre o negro. Para as publicações em periódicos, somam-se 188 (cento e oitenta e oito), dos quais 15 (quinze)

abordaram a questão etnicorracial. Foram encontradas 109 (cento e nove) dissertações, das quais, apenas 3 (três) tiveram interesse pela população afrodescendente. No PPGH, foram defendidas 65 (sessenta e cinco) teses de Doutorado, não havendo no momento de realização desta pesquisa nenhum registro de produção de conhecimento referente à temática etnicorracial.

Gráfico 4: Produção de conhecimento no PPGH



Fonte: Dados da Pesquisa, 2009

A obrigatoriedade do ensino de História e da cultura africana, segundo Wedderbun (2005, p. 133), “nas redes de ensino no Brasil, confronta o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sua população, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares”. Parece-nos que esse ponto de vista recai também sobre os (as) pesquisadores (as) das universidades públicas que formam profissionais para atuarem no Ensino de História (Fundamental e Ensino Médio). A informação disseminada pelos (as) pesquisadores (as) da área de História necessitaria intensificar o aprofundamento e a divulgação do conhecimento sobre os povos, as culturas e as civilizações do continente africano e os tráficos negreiros, abordando as singularidades africanas para evitar as distorções.

Nesse sentido, as novas interpretações dos dados científicos remetem à grande complexidade do acontecer humano como um dado essencial e permanente da história. Ao mesmo tempo, geram a necessidade de realizar constantes atualizações da história do continente africano (WEDDERBUN, 2005, p.

136). Ressaltamos que, com veracidade dos fatos e distante desse “esquema geral que tanto a biologia molecular e genética como a paleoantropologia e a lingüística comparada referendam como autêntica” (WEDDERBUN, 2005, p. 137), poder-se-iam reduzir as discriminações em relação à temática.

O autor parece sugerir que a responsabilidade social e ética que o Movimento Negro Brasileiro reivindica em sua agenda não é apenas que se ensine a história e a cultura africana nas escolas, mas também nas universidades. Da parte do Estado brasileiro, esperam-se demandas para fortalecer as políticas de ações afirmativas com a construção de mais bibliotecas e que os programas de pós-graduação atentem para um novo acontecimento:

as novas gerações de especialistas africanos exibem um pensamento crítico e qualidade que privilegia o rigor científico e a busca da verdade a qualquer contraposição àquele pensamento tentador, que consistiria na apologia sistemática do passado pré-islâmico ou pré-colonial (WEDDERBURN, 2005, p. 159).

No nosso ponto de vista, significa trabalhar as informações históricas para construir uma nova produção de conhecimento para desconstruir a história oficial que, por muitas vezes, retratou os (as) negros (as) não como historiadores (as), mas como contadores de histórias.

Os cursos de pós-graduação em História têm uma responsabilidade social, cultural e ética com a história. E essa responsabilidade começa com o processo de ensino e aprendizado da história crítica para mostrar que a história dos povos é complexa. Ao contrário dessa visão crítica da história que nos é contada, repleta de inverdades sobre o outro, muitos discentes ainda saem das universidades com uma visão preconceituosa adquirida num processo de disseminação de informação equivocada. Em relação à África, por exemplo, essas informações produzem um imaginário pobre e preconceituoso, brutalmente errado, extremamente alienante e fortemente restritivo, e cujo efeito é forte, quando as pessoas são colocadas diante de uma nova informação sobre a África (CUNHA JÚNIOR, 2009).

4.5 Programa de pós-graduação em letras (PPGL)

O PPGL teve início em setembro de 1975, com o Curso de Mestrado em Letras. Assim, o atual programa, avaliado com conceito 4 pela CAPES, vem nessas três décadas de atuação, contribuindo para a formação de mestres e de doutores, assegurando um lugar de credibilidade no contexto da pesquisa nacional e internacional. Este Programa tem o propósito de formar mestres em Letras, concedendo-lhes a devida formação teórica e investigativa. Nesse sentido, o PPGL contribui para o debate acerca dos estudos desenvolvidos em diversas regiões do Brasil e de fora dele. Ao longo de seus 30 anos de Mestrado e 15 de Doutorado, o Programa formou mais de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) mestres e 43 (quarenta e três) doutores, até o momento. Seu corpo docente é constituído, quase totalmente, por professores doutores da Universidade Federal da Paraíba - Campus I - João Pessoa. Hoje, o PPGL tem em seu quadro 29 (vinte e nove) pesquisadores (as) - nove homens e 17 (dezesete) mulheres. Recentemente, o Programa passou por uma reestruturação e oferece Cursos de Mestrado e Doutorado em duas áreas de concentração: Literatura e Cultura e Linguagens e Cultura. A primeira agrega quatro linhas: Estudos Comparados, Tradição e Modernidade, Memória e Produção Cultural e Literatura e Ensino. A segunda reúne as linhas Discurso e Cultura, Semióticas Verbais e Sincréticas e Sujeito e Linguagem e Psicanálise. Na análise da produção de conhecimento do PPGL, chamou-nos a atenção uma das disciplinas oferecidas por esse Programa, pois trata do estudo do Movimento Cultural da Negritude e de sua repercussão nas literaturas brasileira e africana de língua portuguesa.

Diante do exposto e analisando o Gráfico 5, observamos um total de 215 (duzentos e cinquenta) dos quais apenas 40 (quarenta) trabalhos distribuídos em anais, artigos, dissertações e teses abordam a temática étnicorracial. Em relação às fontes de informação, constatamos que os trabalhos em anais somam 57 (cinquenta e sete), dos quais, dez discutem a temática em questão. Dos 55 (cinquenta e cinco) artigos localizados apenas um se refere a esse tema. O PPGL disponibilizou, até o momento deste estudo, 103 (cento e três) dissertações, das quais 11 (onze) abordam as questões

eticorraciais. Das 39 (trinta e nove) teses, 04 (quatro) discutem o assunto, apresentado assim interesse pela população afrodescendente.

Gráfico 5: Produção de conhecimento no PPGL



Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Interpretando a produção de conhecimento do PPGL, à luz do pensamento de Souza (2005), podemos afirmar que, muitas vezes, na literatura, a pele negra foi tratada com sentido negativo, retratando os (as) negros (as) como uma população étnica inferior e sem criatividade. A cor negra tem sido considerada representações simbólicas do mal, da desgraça, da perdição e da morte, e se o diabo é visto como o mal é associado aos negros, temos uma interpretação que reforça a raiz profunda de um imaginário racista e preconceituoso (SOUZA, 2005, p. 186). Essa forma de representar homens e mulheres negras percorreu a literatura durante muitos séculos. Mas grave ainda é a forma como a literatura infanto-juvenil (Século XIX e início do Século XX) mostrava as condições subalternas da personagem negra. “A mulher negra aparecia sempre na condição de empregada doméstica, diversas vezes retratada com um lenço na cabeça e um avental cobrindo o corpo gordo de cozinheira ou babá” (SOUZA, 2005, p, 187). Cenário como este aparece na obra de Monteiro Lobato que produziu uma literatura infantil em que a mulher negra era representada na figura de Tia Anastácia, caracterizada como “uma negra de estimação” e comparada a um animal ou objeto.

Essa visão preconceituosa faz parte dos livros infanto-juvenis, das atividades de leitura na escola, nas bibliotecas. Uma questão aqui pode ser colocada: o que tem sido feito para combater o racismo escondido na estrutura mais profunda de nossas mentes e disseminada em diferentes formas de linguagem (oral, escrita e digital)? Essa

realidade começa a ser modificada a partir da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9394/96 (LDBEN), trazida pela Lei Federal 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e da Cultura Afrobrasileira no currículo de Ensino e a regulamentação da Lei 10.639/03, pelo Parecer CNE/CP 3 2004 e pela Resolução CNE/CP 1 2004, que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. A partir dessas exigências, pareceu-nos claro que:

A edição de livros e materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades deve atender ao que está disposto neste parecer e que abordem a pluralidade cultural e a diversidade etnicorracial da nação brasileira, corrijam as distorções e os equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes (SOUZA, 2005, p. 202).

Essa responsabilidade social e ética com a produção da língua e da literatura vale para educadores(as), gestores(as), editores(as), leitores(as), pesquisadores (as), bibliotecários (as) cientistas da informação, lingüistas, literatos(as), contadores(as) de história, dentre outros. Eles também são responsáveis pelo combate aos estereótipos, aos preconceitos, às discriminações e aos racismos na literatura, na teoria literária ou linguística. Essa (cons) ciência implica disseminar informação nas disciplinas de língua portuguesa e de literatura, que sejam capazes de efetivar uma produção de conhecimento que ajude a desmistificar a pseudoimagem de um Brasil da democracia racial, que faz entender que negros (as) e brancos (as) vivem harmoniosamente.

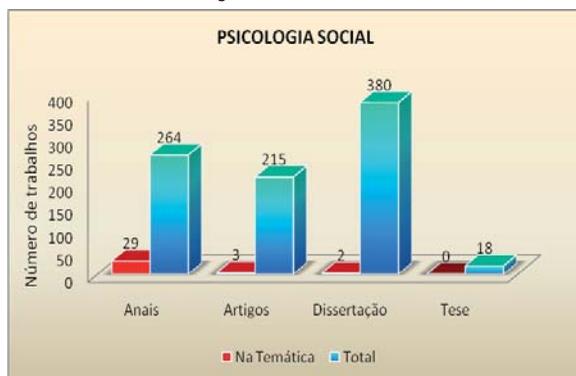
2.6 Programa de pós-graduação em psicologia social (PPGPS)

O Curso de Psicologia da UFPB foi reconhecido no ano de 1979, oferecendo 90 (noventa) vagas para o processo seletivo, cuja concorrência foi de 13,29 candidatos por vaga. O curso tem uma demanda que atende não só aos interessados do próprio estado da Paraíba, mas também de outros estados nordestinos e de várias regiões do país. O mestrado do PPGPS, foi credenciado em 1976 e obteve nota 5 (cinco) na avaliação da CAPES, chegando a receber bolsas

da CAPES e do CNPq para serem distribuídas no Programa. Atualmente conta com vários docentes bolsistas de Produtividade CNPq cujos projetos de pesquisa são financiados por recursos desses órgãos. O PPGPS dispõe de 14 (quatorze) pesquisadores (as), distribuídos (as) em duas linhas de pesquisa, a saber: “Cognição e Interação Social” e “Homem e Sociedade”. O programa tem investido, de forma sistêmica, em sua política de avaliação permanente, em que é apresentado ao público interessado o desenvolvimento das dissertações de Mestrado produzidas no PPGPS, formando profissionais críticos, éticos e com capacitação adequada para atuarem no mercado de trabalho. É relevante ressaltar que esse programa se destacou em nível regional e teve, a cada ano, um aumento em sua demanda, o que contribuiu para que fosse reconhecido nacionalmente, e suas produções fossem reconhecidas e disseminadas em evento tanto em nível quanto como internacional.

O Gráfico 6 revela que 613 (seiscentos e treze) trabalhos estão distribuídos em anais, artigos e dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Desse universo, verificamos que 34 (trinta e quatro) abordam a temática etnicorracial. Em relação às fontes de informação, constatamos que os trabalhos em anais somam 264 (duzentos e sessenta e quatro), dos quais, 29 (vinte e nove) inscrevem-se na temática etnicorracial. Os artigos somam 215 (duzentos e quinze), e três deles são relativos à temática etnicorracial. Nesse universo, o PPGPS produziu 380 (trezentos e oitenta) dissertações, onde duas dissertações abordam a temática. Ainda nesse programa encontramos 18 (dezoito) teses (até meados de 2008) e em nenhuma delas houve registro da temática etnicorracial.

Gráfico 6: Produção de conhecimento no PPGPS



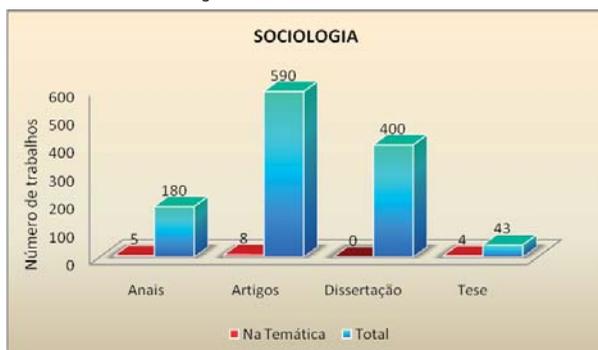
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Discutindo a relação da Psicologia com especificidades da população afrodescendente, Ferreira (2000) também constatou que raros são os(as) pesquisadores(as) que desenvolveram pesquisas com a temática etnicorracial, principalmente no período de 1987 a 1997.

2.7 Programa de pós-graduação em sociologia (PPGS)

O PPGS oferece os cursos de Mestrado e Doutorado e está vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB (CCHLA/UFPB). Tem como objetivo “preparar pesquisadores e docentes do ensino superior em Sociologia e capacitá-los a analisar e intervir criticamente nos processos sociais da contemporaneidade”. Sua área de concentração em Sociologia conta com três linhas de pesquisa: Trabalho e Políticas Públicas e Cultura Urbana e Sociedade e Saúde, distribuída entre 23 (vinte e três) docentes, sendo 14 (quatorze) homens e nove mulheres. Esse Programa chama a nossa atenção para a Teoria dos Movimentos Sociais, cuja ênfase está nas características e abordagens “dos novos movimentos” sociais, a saber: identidade, cidadania e democratização do Estado, não excluindo as discussões sobre gênero, etnia e lutas sociais de “minorias”, entre outras abordagens.

Analisando o Gráfico 7 que aborda à produção de conhecimento no PPGS, constatamos um total de 1213 (um mil duzentos e treze) trabalhos, distribuídos em anais, artigos, dissertações e teses. Desse universo, verificamos que 17 (dezesete) abordam a temática etnicorracial. Em relação às fontes de informação, os trabalhos em anais somam 180 (cento e oitenta), cinco dos quais tratam de questões relativas à (o) negro (a); os artigos somam 590 (quinhentos e noventa). Desses, oito se referem ao tema em pauta; O PPGS produziu 400 (quatrocentas) dissertações de Mestrado e, nesse universo, não foi encontrada nenhuma dissertação que aborde a temática etnicorracial. Esse programa de pós-graduação produziu 43 (quarenta e três) teses de Doutorado, sendo que quatro delas abordam o tema em questão.

Gráfico 7: Produção de conhecimento no PPGS

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Na produção de conhecimento examinada, o PPGS, comparado com os programas de pós-graduação já analisados, é o programa em que os (as) pesquisadores (as) mais investigam sobre a temática das relações etnicorraciais. É pertinente esclarecer que a nossa opção pelo mapeamento apenas dos títulos dos trabalhos e das palavras-chave nos autoriza a afirmar, nesta dissertação, que “o negro é tratado como cobaia sociológica”, como referencia Moura (1988) em suas análises. No entanto, esse sociólogo, referindo-se a Costa Pinto, comenta da “necessidade de um esquema de pesquisa que modernize os métodos tradicionais de pesquisa sobre o negro brasileiro” (MOURA, 1988, p. 114).

Essa observação, a nosso ver, sugere que os (as) pesquisadores (as) precisam armar-se da (cons)ciência da responsabilidade ético-social sobre o que produzem. Essa responsabilidade vale também para todos os programas de pós-graduação. Sem ferir a ética, Moura (1988) compartilha a sua prática sugerindo que os(as) pesquisadores (as) deveriam “investigar problemas como a marginalidade do negro, o seu comportamento nas favelas, mocambos, cortiços e alagados [...]” (MOURA, 1988, p. 115).

Diversos temas podem ser objetos de investigação da Ciência da Informação, Educação, Ciências da Religião, História, Letras, Psicologia, Sociologia etc. A pobreza, a criminalidade, as drogas, a prostituição, a infância, que dizem os (as) negros (as), os adolescentes e as crianças são temas contemporâneos que merecem ser melhor examinados nas pesquisas acadêmicas.

Em “Sociologia do Negro Brasileiro”, Clóvis Moura afirmou que os estudos e as

pesquisas na área de Sociologia são mediados por preconceitos que impedem a seriedade do trabalho científico, pois, segundo este autor

os estudos sobre o negro brasileiro, em seus diversos aspectos, tem sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa resíduos da superestrutura escravista[...] (MOURA, 1988, p.18).

Insensível a essa crítica não permaneceu Guerreiro Ramos (1954), pois deixou claro que a vida do negro não estava sendo retratada adequadamente na Sociologia. “Em princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema, [e] hoje, continua a ser assunto ou problema [...]”. “Neste ponto, é oportuno perguntar: O que é que, no domínio de nossas Ciências Sociais, faz do negro um problema ou um assunto? [...]” (RAMOS, 1954, p. 190-191).

3 ALGUNS PONTOS DE CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo analisar a produção de conhecimento sobre a temática étnicorracial em programas de pós-graduação da UFPB e identificar como o(a) negro(a) está representado(a) nesta universidade. Essa análise possibilitou refletir sobre a real posição que o(a) negro(a) tem ocupado na memória da ciência através das produções de conhecimento dos(as) pesquisadores(as) envolvidos nesses programas. Assim, analisar essa produção foi uma forma de refletir sobre a (in)visibilidade do(a) negro(a) na memória da ciência da UFPB.

A produção de conhecimento sobre a temática étnicorracial depende de um planejamento estratégico voltado ao desenvolvimento dos processos de formação de novas competências, novas inteligências, saberes, metodologias e teorias emergentes, objetivando preparar novos pesquisadores interessados em uma ciência que considere a história e a cultura africana e afrodescendente.

Vale salientar que ao invés de recusar temas de interesse da população negra, os(as) pesquisadores(as) “deveriam aceitar cada vez mais a idéia de que a diversidade cultural aumenta a capacidade de ação” na escola,

na universidade, na biblioteca, nos centros de informação, nos núcleos e nos grupos de pesquisa. Por essa razão, é necessário desenvolver mais estudos e pesquisas que articulem pesquisadores (as), militantes ou não, para refletirem sobre uma informação etnicorracial que seja coadjuvante com a formação de novos (as) pesquisadores (as), visando à educação formal e à formação continuada, que “sempre se constituiu em marco no panorama das reivindicações do Movimento Negro na luta por uma sociedade mais justa e igualitária” (CAVALLEIRO, 2006, p.16).

Os resultados confirmam que os programas de pós-graduação mantêm uma produção de conhecimento sobre a temática etnicorracial com pouca visibilidade, vez que são quase inexistentes as informações nas bibliotecas e Currículos Lattes dos(as) pesquisadores(as) inseridos nesses programas.

Iniciativas precisam ser tomadas no sentido de dar visibilidade a negros (as) na memória da ciência da UFPB por meio de realização de mesas redondas, seminários, debates, entre outros, a fim de favorecer positivamente a produção de conhecimento e avançar as reflexões sobre os

diferentes segmentos sociais. Nesse sentido, os (as) pesquisadores(as) devem pensar o(a) negro(a) tendo em vista o aspecto humano, dirigindo o olhar para o outro. É preciso que as bases de conhecimentos em que centram suas pesquisas sejam determinadas por relações éticas, sendo capazes de provocar uma abertura para os conhecimentos produzidos por outras etnias.

Há que se deslocar o estado de conhecimento eurocêntrico para uma interação com o estado de conhecimento afrocêntrico. Nesse sentido, a cultura e a história de matriz africana e dos afrodescendentes precisariam estar no planejamento das pesquisas e no cerne da formação de novos pesquisadores, estimulando a produção de novos conhecimentos sem excluir o olhar social e indisciplinar da CI. É urgente que todos que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, comecem a ocupar seu lugar nas discussões, nas reflexões, nas análises, bem como nos núcleos de pesquisa, nas salas de aula e nos laboratórios, pois a comunidade acadêmica precisa ser informada sobre o que o estão produzindo e tomar conhecimento da importância de uma Ciência em ação para todos (as) os (as) cidadãos (ãs), como bem destacou Latour (2000).

THE (IN)VISIBILITY OF BLACKS IN THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE ON GRADUATE PROGRAMS AT UFPB

Abstract

This study analyzes the knowledge production of researchers in the science memory of Federal University of Paraíba, focusing on the graduate programs located at campus I, aiming at the theses, dissertations, monographs, reports, articles, essays, and other documents produced by researchers of that Institution. There is a suspicion that the studies published up to now have given more priority to the topics on universal constructs, not being identified a significant production related to topics of interest to the black population. This discrimination contributes to increase the invisibility of African descents in contemporary society. The way in which knowledge is produced in public universities and the audience to whom it is produced is also a crucial task that must be undertaken by researchers of Information Science and Education. Not only does such an ethno-social responsibility aim to communicate and disseminate this knowledge production, but it also turns to topics which result in a knowledge production that permits an intervention to change the historical and structural situation in which live the African descents in Brazil. We conclude that the science memory of that Institution needs to be properly disseminated in the academic community and in the general public, so that they will be able to know what researchers do inside and outside the laboratories. A preliminary analysis shows that the exclusion of some topics from the science memory, the imposition of silence, the interdiction of the other's voice, and the impediment of the other to say about himself/herself, contributes to the (in)visibility of African descents in the Brazilian society.

Keywords:

Science memory. African. African descent. Knowledge production. Education. (In)visibility.

Artigo recebido em 19/02/2011 e aceito para publicação em 11/05/2011

REFERÊNCIAS

- APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AQUINO, M. A. . Memória da Ciência: a (in) visibilidade dos (as) negros(as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRAS: 120 anos de abolição: desafios e perspectivas na construção da cidadania, 2, 2009, Campina Grande. I Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro0brasileiras: 120 anos de abolição: desafios e perspectivas na construção da cidadania.UEPB, 2009
- AQUINO, M. de A.. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambientes de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2 p. 7-14, maio/ago.2004.
- AQUINO, M. de A. **Informação e diversidade: a imagem do afrodescendente no discurso da inclusão social/racial.** 2006. 120 f. Relatório de Pesquisa – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2006.
- _____. **Informação e diversidade social: a imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social/racial.** João Pessoa, 2006. 186 f. Relatório de Pesquisa – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 2006.
- _____. Tecnologias da Informação e Racismo: combatendo monstros com arma suave. In: SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Brasília. *Anais...*:Brasília: Ministério da Justiça, 2001.
- BRASIL, MEC/SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03
- SILVA, Nelson Fernando Incocência da. Africanidade e religiosidade: um,a possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. Brasília:SECAD, 2005 (Coleção Educação para todos).
- BROOKES, B. C. The foundations of information science: philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v.2, p.125-133, 1980.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALLEIRO, E. Introdução. In.: BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Brasília: SECAD, 2006.
- CUNHA JÚNIOR, H. **A formação de pesquisadores negros no Brasil plano 500 de política científica nacional.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- DESAULNIERS, J. B. R. Capital intelectual e demandas sociais. In: _____ (Org.). **Responsabilidade social e universidade.** Porto Alegre: EDIPURS, 2006.
- DELORS, J. (Org.) **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo, Cortez, 1998, Cap. 4
- DESAULNIERS, J. B. R. Capital intelectual e demandas sociais. In: _____ (Org.). **Responsabilidade social e universidade.** Porto Alegre: EDIPURS, 2006.
- FAUSTO NETO, A. Campo da informação: transição e desafios. In: AQUINO, M. de A. A. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades.** João Pessoa: Editora Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio e Janeiro: Graal, 1979.
- FROHAMANN, B. Taking information policy beyond information science applying the actor network theory. In: ANNUAL

CONFERENCE OF CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, [S.l]. **Anais...** [S.l], 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. *In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*, João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002.

JONAS, H. **O princípio da responsabilidade:** ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto/ Puc, 2006.

LIMA, C. B. de. **Identidades afrodescendentes:** acesso e democratização da informação na cibercultura. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. *In: AQUINO, M. A. O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

MELO NETO, J. F. de. Prefácio. *In: RODRIGUES, Janine Marta et al. Pesquisa em educação na Paraíba: 30 anos (1977-2007) compromissos com a educação dos setores esquecidos da sociedade*. João Pessoa: UFPB, 2007

MONTEIRO, R. B. Licenciaturas. *In: Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais*. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, D. M. **A abordagem sócio-cultural da informação**. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=71>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

OLIVEIRA, H. P. C.de. **Práticas de informação e práticas de cidadania:** o acesso e uso da

informação étnico-racial em contextos de aprendizagem da UFPB-CAMPUS. Projeto de Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, J. M. de. Matrizes religiosas afro-brasileiras e educação. *In: BRAGA, M. L. de; SOUZA, E. P. de S.; MAGALHÃES, A. F. (Orgs.). Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Brasília: MC/SECS, 2006.

PINHEIRO, L. V. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.15, n. 1, p. 13-14, jan./jun. 2005.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI). Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:<http://dci.ccsa.ufpb.br/ppgci/?secao=19>. Acesso em: 20 de fev. 2009.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI). Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:<http://dci.ccsa.ufpb.br/ppgci/?secao=19>. Acesso em: 15 de abr. 2011

RAMOS, A. G. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, 2, jan./jun.1954.

SANTANA, V. A. **A responsabilidade ético-social dos profissionais da informação e a inclusão dos afrodescendentes na Universidade Federal da Paraíba**, 2008. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2008.

SOUZA, E. R. de; MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; VEIGA, J. P. C. da. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. *In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2005

SOUZA, J. A **invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TÁLAMO, M. de F. G. M.; CARVALHO, R. B. de. Produção científica e informação. In: GAIO, R.(Org.) **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. São Paulo: Vozes, 2008.

TÁLAMO, M. de F. G. M.; SMIT, J. W.. In: PINTO, V. B., CAVALCANTE, L. E.; SILVA NETO, C. **Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações**. Fortaleza: UFC, 2007. Disponível em: <[http://](http://www.aargs.com.br/index.php?id=33&op=325)

www.aargs.com.br/index.php?id=33&op=325> Acesso em: 08 de jul. 2009

WEDDERBUN, C. M. Novas bases para o ensino da África no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria da Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, v. 29, n. 2, 1993.